

Carlos Alberto Farracha de Castro

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Professor universitário. Advogado.



MANUAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS & FALÊNCIA

Lisboa
Editorial Juruá
2013



Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

ISBN: 978-989-712-252-1

Depósito Legal:

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

CASTRO, Carlos Alberto Farracha de, 1971-

Manual de recuperação de empresas & falência
ISBN 978-989-712-252-1

CDU 347

0 0101

Visite nossa página na web: www.jurua.net | e-mail: internacional@jurua.net

SYS 983336

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
------------------------	-----------

LIVRO I DA FALÊNCIA

Capítulo I – NOÇÕES ESSENCIAIS DO DIREITO FALIMENTAR.....	29
--	-----------

1.1 EVOLUÇÃO DO DIREITO CONCURSAL	29
1.1.1 O Desenvolvimento do Direito Falimentar (linhas gerais)	29
1.1.2 A Unificação do Sistema de Insolvência no Brasil – Perda de uma Chance.....	34
1.1.3 Função do Direito Falimentar.....	38
1.1.4 Direito Concursal no Brasil	39
1.1.5 Interesses Envolvidos na Insolvência – Ponderação.....	50

1.2 PRINCÍPIOS BÁSICOS DO DIREITO CONCURSAL	55
1.2.1 Proteção do Crédito	55
1.2.2 Patrimônio como Garantia dos Credores	57
1.2.3 Preservação da Empresa	59
1.2.4 Igualdade	67
1.2.5 Celeridade.....	70

Capítulo II – NOÇÕES GERAIS DO DIREITO CONCURSAL BRASILEIRO.....	73
---	-----------

2.1 FALÊNCIA	73
2.1.1 Legitimidade para o Requerimento.....	75
2.1.2 Requisitos da Falência	88
2.1.3 Pedido de Falência.....	92
2.1.4 Sentença Falimentar	104
2.1.5 Continuidade Produtiva da Falência	107

2.2 RECUPERAÇÃO JUDICIAL	109
2.2.1 Da Concordata à Recuperação Judicial.....	109
2.2.2 Finalidade, Princípios e Natureza Jurídica.....	111
2.2.3 Legitimidade e Requisitos	114
2.2.4 Meios de Recuperação.....	117
2.2.5 Plano de Recuperação Judicial	121
2.2.6 Procedimento da Recuperação.....	124
2.2.7 Recuperação Judicial das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	139

2.3 RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL	142
2.3.1 Noção	142
2.3.2 Inovação ou Retrocesso.....	142
2.3.3 Características	145

2.3.4 Procedimento.....	147
Capítulo III – DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA À LUZ DA LEI 11.101/05	153
3.1 ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DA LEI 11.101/05.....	153
3.1.1 Empresário.....	157
3.1.2 Sociedade de Economia Mista	160
3.1.3 Cooperativas	161
3.1.4 Atividade Rural.....	162
3.1.5 Instituições Financeiras.....	163
3.2 JUÍZO COMPETENTE.....	164
3.2.1 Juízo Concursal.....	165
3.2.2 Justiça Federal	166
3.2.3 Justiça Especializada do Trabalho	167
3.3 DAS AÇÕES E EXECUÇÕES EM DESFAVOR DA MASSA FALIDA	171
3.3.1 Suspensão das Ações	171
3.3.2 Ações de Natureza Ilíquidas	172
3.3.3 Garantias e Devedores Solidários	173
Capítulo IV – FIGURAS PROCESSUAIS.....	175
4.1 EMPRESÁRIO FALIDO OU EM RECUPERAÇÃO	175
4.1.1 Restrições e Obrigações Impostas ao Falido.....	175
4.1.2 Direitos do Falido	179
4.1.3 Empresário em Recuperação.....	180
4.2 ADMINISTRADOR JUDICIAL.....	182
4.2.1 Atribuições.....	183
4.2.2 Nomeação – Critério de Escolha.....	185
4.2.3 Responsabilidade	189
4.3 CREDORES	190
4.3.1 Comitê de Credores	191
4.3.2 Assembleia de Credores.....	194
4.4 OUTROS INTERVENIENTES ESSENCIAIS.....	196
4.4.1 Magistrado	196
4.5 MINISTÉRIO PÚBLICO.....	197
Capítulo V – A ORDEM DE PREFERÊNCIA DOS CRÉDITOS NA LEI 11.101/05 ..	203
5.1 A NOÇÃO DE IGUALDADE	203
5.2 CREDORES DA MASSA FALIDA E CREDORES DA FALIDA	205
5.3 A ORDEM DE PREFERÊNCIA NA LEI 11.101/05.....	207
5.4 CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS.....	210
REFERÊNCIAS.....	213
ÍNDICE ALFABÉTICO.....	223